

As melhores em gestão fiscal

Royalties do petróleo e turismo aparecem como fatores que contribuíram para desempenho no Índice Firjan

Carolina Ribeiro

carolina.ribeiro@ofluminense.com.br

Royalties do petróleo e um turismo bem explorado, aliado a uma boa gestão dos recursos públicos, levaram os municípios de Niterói, Maricá, Rio das Ostras, Paraty e Conceição de Macabu ao topo do ranking dos mais bem avaliados em termos de gestão fiscal no estado do Rio de Janeiro em 2018. O Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF), elaborado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), analisou a conta de mais de 5 mil municípios em todo o Brasil.

O objetivo do estudo é contribuir para o debate sobre a eficiência da gestão pública, utilizando dados fiscais oficiais, declarados pelas próprias prefeituras à Secretaria do Tesouro Nacional (STN). No Estado do Rio, das 92 ci-



Divulgação

Pela terceira vez, Niterói foi a melhor colocada no ranking estadual dos municípios mais bem avaliados em gestão

dades foram analisadas 79, que declararam as contas até a data limite prevista em lei e estavam com os dados con-

sistentes.

“O equilíbrio das contas públicas é crucial para a garantia de um ambiente de

negócios competitivo e geração de emprego e renda para a população. Os municípios têm papel fundamental nesse

processo. Por isso, o Índice Firjan de Gestão Fiscal – IFGF pretende desde sua primeira edição contribuir com o debate sobre a eficiência da gestão fiscal, trazendo como foco a administração dos recursos públicos pelas prefeituras brasileiras”, explica o texto.

Metodologia - O índice é um resultado da análise de quatro indicadores, sendo eles Autonomia, Gastos com Pessoal, Investimentos e Liquidez. Para isso, são usados quatro valores de referência, Gestão de Excelência, Boa Gestão, Gestão em Dificuldade e Gestão Crítica.

Neste ano, o IFGF apresentou um novo indicador, o de Autonomia, que mede a relação entre as receitas da atividade econômica do município e os custos para manter a Câmara de Vereadores e a estrutura administrativa da Prefeitura. A baixa geração

de receitas pelas economias municipais foi considerada o principal entrave à gestão fiscal, sendo o pior desempenho entre os indicadores.

Gastos com Pessoal analisa quanto os municípios gastam com pagamento de pessoal em relação ao total da Receita Corrente Líquida. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) limita estes gastos em até 60% da RCL. Já o indicador Liquidez verifica a relação entre o total de restos a pagar acumulados no ano e os recursos em caixa disponíveis para o exercício seguinte.

O IFGF de Investimentos mede a parcela da Receita Total dos municípios destinada aos investimentos, àqueles que são necessários à população e que garantem o crescimento econômico, como escolas e hospitais bem equipados, ruas pavimentadas, saneamento e iluminação. ■

Estado com 50% das cidades em situação difícil

No Estado, mais de 50% dos municípios apresentaram gestão fiscal difícil no IFGF, e apenas Niterói recebeu o selo de gestão de excelência. Apesar disso, em relação ao País, a situação dos municípios está menos crítica e melhor em boa gestão. Em média, o IFGF dos municípios fluminenses foi superior ao nacional, ficando também

com desempenho superior ao nacional em três indicadores, Autonomia, Gastos com Pessoal e Liquidez.

Segundo a análise, as prefeituras apresentaram boa capacidade de gerar receita local para arcar com seus custos de Autonomia, porém, 24,1% recebeu nível crítico, dentre as quais duas receberam nota zero. Já em

Gastos com Pessoal, a pesquisa revela que as cidades conseguiram comprometer menos seus orçamentos com as despesas obrigatórias, mas, ainda assim, a rigidez do orçamento foi uma barreira para a boa gestão dos recursos.

O IFGF Liquidez foi o melhor resultado entre os indicadores, o que revela

que as prefeituras fluminenses apresentaram maior capacidade de planejamento para pagar as despesas postergadas para o exercício seguinte. O indicador Investimentos apontou que os municípios disponibilizaram apenas 2% do orçamento de 2018. Dos 79 municípios fluminenses avaliados, 73 apresentaram nível crítico

de investimentos e apenas um investiu mais de 10% da receita.

No ranking estadual, os municípios de Niterói, Maricá, Rio das Ostras, Paraty e Conceição de Macabu, os cinco melhores do Rio, foram na contramão do desequilíbrio fiscal, e se destacaram “pelo baixo comprometimento do orçamento

com despesas obrigatórias e pela boa capacidade de planejamento financeiro, o que proporcionou boa liquidez”. Analisada a boa pontuação, no entanto, revela que foi baixo o percentual de investimentos em Niterói, Paraty, Rio das Ostras e Conceição de Macabu. Já Maricá ficou com nota zero em Autonomia.

Niterói destaque no Rio e queda no nacional

Niterói foi o único município do estado a atingir excelência na gestão dos recursos e, por isso, foi, pela terceira vez, a melhor colocada no ranking estadual dos municípios mais bem avaliados em termos de gestão fiscal no estado no IFGF. No entanto, no ranking nacional, Niterói caiu de quarto lugar em 2017 para 198º no estudo referente a 2018.

A cidade recebeu excelência em Autonomia, Liquidez e Gastos com Pessoal, mas de dificuldade em Investimentos. As principais atividades econômicas da cidade envolvem comércio, finanças, serviços, construção civil e indústria. No entanto, a cidade também tem a segunda maior arrecadação de royalties no estado, atrás apenas de Maricá, com estimativa de receber, neste ano, cerca de R\$ 1,3 bilhão proveniente da exploração de petróleo.

Em nota, a Prefeitura de

Niterói afirmou que uma de suas prioridades “é o fortalecimento da relação de confiança entre o contribuinte e o fisco do município”, citando ações como a redução dos juros em parcelamentos de dívidas e a Lei do Bom Pagador, que garante desconto no IPTU, como forma de aumentar a arrecadação.

O Executivo Municipal ainda disse que se empenha para se manter dentro dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, comprometendo 35% do que arrecada com a folha de pagamento, quando o limite é 54%. Para o bom resultado em Liquidez, a administração pública afirma que se deve a ações de desenvolvimento para o município, em iniciativas do setor naval, audiovisual e hoteleiro, incentivando a geração de novos negócios e empregos, além de investir em obras de melhoria da qualidade de vida da população.



Lucas Benevides

O prefeito Rodrigo Neves lembrou que o objetivo é investir com responsabilidade

A análise da Firjan aponta que, mesmo com esta alta arrecadação, a cidade consegue arcar com suas despesas administrativas sem depender de compensação financeira, “o que torna o equilíbrio das contas públicas menos vulnerável”. O relatório destaca, porém, o baixo nível de investimento no município em 2018.

Sobre esta questão, o prefeito de Niterói, Rodrigo

Neves, afirmou, por meio de sua assessoria de imprensa, que a cidade manteve em números absolutos os investimentos, entretanto, com o aumento da arrecadação de royalties, os investimentos caíram proporcionalmente. “Decidimos pagar dívidas futuras (empréstimos, etc.) e criar uma poupança de royalties para as futuras gerações, que já têm mais de R\$ 220 milhões em conta”, disse. Em setembro, a prefeitura depositou mais R\$ 75 milhões no Fundo de Equalização de Receitas do Município, a Poupança dos Royalties. A previsão é que, em 2040, o montante chegue a R\$ 2,75 bilhões.

O prefeito acrescenta que o objetivo da atual administração é investir com responsabilidade, sem deixar despesas para o ano seguinte. A secretária municipal de Fazenda Giovanna Viter ressaltou a visão responsável do município no momento da tomada de decisões.

“Sabemos que a gestão fiscal não é um fim em si mesma, ela se presta a garantir uma estabilidade na cidade e estabelecer uma boa qualidade dos serviços prestados, que garantiu programas como o Niterói Presente, a expansão das creches, a ampliação do programa Médico de Família”.

O secretário municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão, Axel Graef, explica que a Prefeitura manteve, nesse período, uma gestão responsável, com foco nos gastos prioritários.

“A Dívida Consolidada Líquida do Município teve resultado negativo, o que vem possibilitando investimentos e ampliação dos serviços com baixíssimo nível de endividamento. Além disso, o município se destacou na boa capacidade de arrecadação de receitas com destaque para recursos de royalties em valores expressivos para este mesmo ano”, ressaltou.

Paraty

Paraty, no Sul Fluminense, ficou em quarto lugar no ranking de municípios mais bem avaliados em termos de gestão fiscal no estado, sendo nota máxima em Gastos com Pessoal e foi avaliado pelo levantamento com bom planejamento financeiro, apesar de apresentar baixo percentual da receita para investimentos.

O turismo é hoje a principal atividade econômica de Paraty, que também é beneficiado pelo comércio e a agricultura, devido à natureza, cultura e história preservada do local. Em 2015, a cidade foi reconhecida como a que mais evoluiu em temas como monitoramento e economia local em um estudo de competitividade do Ministério do Turismo, em parceria com o Sebrae e a Fundação Getúlio Vargas.

Para a Firjan, o município é um dos exemplos que mostram que “uma gestão fiscal eficiente não está correlacionada ao porte do município, pois apesar do menor número de habitantes, se destaca pela eficiência na administração dos recursos públicos”.

Maricá: dependência dos royalties preocupa

Maricá atingiu o indicador final de Boa Gestão no IFGF, com nota máxima em dois dos quatro indicadores (Gastos com Pessoal e Liquidez), e bom nível de investimentos. A cidade ainda subiu no ranking estadual de quinto em 2017 para segundo lugar em 2018. No entanto, chamou a atenção pela nota zero em Autonomia. Na análise da Firjan, o resultado “evidencia a incapacidade da prefeitura de gerar receita local para arcar com o custo da estrutura administrativa”.

Em 2017, Maricá se tornou a cidade do Estado que mais recebeu royalties e participações especiais do petróleo. Para tentar transformar a receita finita em benefício permanente, o município criou o Fundo Soberano de Maricá (FSM), que prevê repasses de até 5% da receita bruta dos royalties e encaminhou para a Câmara a alteração da lei, passando o aporte para 15%. O fundo já soma R\$ 130 milhões.

Apesar disso, o relatório da Firjan aponta que o resultado

em Autonomia é preocupante devido à dependência do município em relação a receitas voláteis. “A administração eficiente dos recursos públicos passa necessariamente pela autonomia financeira”, mede o IFGF. A questão pode ser ainda mais grave para o município caso a mudança da divisão das receitas dos royalties seja aprovada pelo Supremo Tribunal Federal em 2020.

A prefeitura credita a nota máxima nos gastos com pessoal na obediência à Lei de

Responsabilidade Fiscal, “o que comprova que a ampliação do quadro funcional ocorre em ambiente controlado, com a realização de concursos públicos” e que a organização do ambiente econômico aparece no quesito Liquidez, com a capacidade pagadora em dia, sem restos a pagar no orçamento que comprometam o exercício do ano seguinte. Segundo a prefeitura, a má avaliação em Autonomia (nota zero) pode ser creditada a uma eventual ausência de dados

na Secretaria do Tesouro Nacional.

“Esse resultado está fora da curva. Tivemos nota máxima no item Despesas de Pessoal e nossa arrecadação própria vem melhorando em todos os setores, não só na cota do ICMS”, analisa o secretário de Planejamento, Orçamento e Gestão, Leonardo Alves, anunciando uma modernização nas compras da prefeitura a partir de processo digital, podendo gerar economia aos cofres públicos. ■

Conceição de Macabu

Conceição de Macabu foi a quinta prefeitura melhor avaliada no ranking de gestão fiscal no estado, recebendo nota máxima em Gastos com Pessoal, mas crítica em investimentos. O município passou a receber recursos da exploração de petróleo no campo de Mero em novembro do ano passado, mas não tem histórico de alta arrecadação de royalties do petróleo ou por sediar indústrias, recebendo investimentos do Governo Federal e Estadual.

Mesmo assim, para a Firjan, a cidade também é um exemplo de que a gestão fiscal de qualidade não depende do aporte do município, mas pela eficiência na administração dos recursos públicos.

Rio das Ostras foi o terceiro município melhor avaliado em gestão fiscal no estado, segundo análise do IFGF, resultando em uma Boa Gestão. Dos indicadores, teve gestão de excelência em Liquidez e Gestão com Pessoal e boa gestão em Autonomia. Po-

rém, o município, que tem como atividades econômicas o turismo, comércio, pesca e construção civil, apresentou o indicador de dificuldade em investimentos.

Este indicador mede a parcela da receita total dos municípios destinada aos

investimentos que geram bem-estar à população e melhoram o ambiente de negócios. Para a Firjan, o município destinou baixo percentual da receita para investimentos. Em resposta à questão, a Prefeitura de Rio das Ostras ressaltou que a

atual gestão praticamente dobrou a nota em investimentos em poucos meses de governo e que pretende manter esta política na cidade.

A administração municipal afirmou ainda que o terceiro lugar demonstra o comprometimento em fazer

uma gestão responsável com as contas públicas e que busca ampliar cada vez mais as receitas para dar mais autonomia ao município. Rio das Ostras passou por uma eleição suplementar para prefeito em 2018, elegendo Marcelino da Farmácia (PV). ■

NO PRÓXIMO DOMINGO

Confira na próxima semana o desempenho da Capital, São Gonçalo e Itaboraí, no Índice Firjan.